



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

REQUERIMENTO

(Do Senhor **Átila Lira**)

Requer a realização de Audiência Pública para discutir utilização de energia solar.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de reunião de Audiência Pública conjunta da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e da Comissão de Minas e Energia, com a finalidade de discutir a utilização de energia solar fotovoltaica na matriz energética brasileira, com os seguintes convidados:

- ANDRE LIMA, Secretário de Meio Ambiente do Governo de Distrito Federal;
- PEDRO QUEIROZ FILHO, Analista de Correios Sênior – Engenheiro Eletricista dos Correios;
- RAFAEL SHAYANI, Profº Doutor Engenharia Elétrica, Laboratório de Fontes Renováveis – UnB;
- HELENA MAGALHÃES MIAN, Mestre Engº Engenharia Elétrica – UnB; e
- VITOR AUGUSTO MOTA, Engenheiro Eletricista – UnB.

JUSTIFICAÇÃO

Está na pauta do dia a necessidade do debate em torno da diversificação da matriz energética brasileira. É uma constatação positiva o fato de termos uma matriz energética com 47% de fontes limpas e renováveis na sua composição. O restante é basicamente oriundo de fontes térmicas fósseis, o que significa uma grande vantagem comparativa em relação aos demais países, particularmente os países industrializados.

Porém, a geração da quase totalidade da nossa eletricidade, por exemplo, é de origem hidrelétrica. Uma dependência que tem comprometido nossa segurança energética e apresentado desafios econômicos e socioambientais importantes a serem superados.

Exemplo disso é o que não falta. A crise hídrica de 2012 obrigou o País



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

a recorrer a suas térmicas, o que nos custou valores que até hoje estão saindo muito caro à sociedade brasileira. A tarifa de energia aumentou, em seis meses, mais de 50%. Enquanto isso, o fantasma do apagão ainda nos assusta.

A justificativa de se ter “energia de base firme” (hidrelétricas e térmicas fósseis) em momentos de necessidade como o atual, é explicável, até certo ponto. No entanto, o país pode oferecer com segurança, muito mais energia oriunda de fontes limpas renováveis, e de forma diversificada, se esta for uma decisão de política de Estado.

Os governos, em todas as esferas, podem muito incentivar a diversificação da matriz energética. Seja criando projetos de fomento à energia solar fotovoltaica nos respectivos entes federados, seja promovendo e fomentando a produção e o consumo de energia solar com sustentabilidade.

Diante do exposto, sugerimos como motivo da Audiência Pública agora requerida, a exposição das seguintes experiências:

1. Projeto Solar Brasília do Distrito Federal.
2. Potencial de geração de energia solar na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
3. Inserção de energia solar para transição acelerada, da UnB.

Sala das Comissões, em 20 de novembro de 2015.

Deputado **ÁTILA LIRA**
PSB-PI